



BRASIL EM FOCO

Análises & Comentários

E nas eleições estaduais? Existe o desejo de renovação?

De Humberto Dantas

As atenções do país estão voltadas, predominantemente, para as eleições presidenciais. A morte de Eduardo Campos adensou essa sensação pelo ineditismo do fato e graças à necessária cobertura da imprensa. Além disso, existe o sentimento de cerca de 70% do eleitorado associado a um desejo de mudança e a uma má avaliação da conduta do governo em uma série de áreas estratégicas, com destaque para questões associadas à economia (ver pesquisa conjuntural do Datafolha e CNT-MDA). Nesse sentido, a tarefa da candidatura oficial é bastante árdua: provar que é possível mudar o país sem que ele, em tese, saia do lugar – ao menos em termos político-partidários. Tal questão se configura numa das máximas do marketing político, qual seja: quando desvendado o desejo do eleitor o intuito é trabalhar sobre ele, e quando tal desejo está associado à mudança, a probabilidade de o grupo que está no governo continuar no poder é pequena. Para isso se configurar em “verdade absoluta”, no entanto, parece possível afirmar que o eleitorado precisa reconhecer uma oposição (uma alternativa), confiar nela e votar. E nesse caso duas questões merecem destaque: 1) a campanha oficial tem sido extremamente competente no ato de fazer o eleitor desconfiar da alternativa “nova”; 2) a oposição não trabalhou com tal em quatro anos.

Assim, o grande problema é que a campanha de 2010 do principal bloco contrário ao governo no país, por exemplo, iniciou o “jogo eleitoral” naquela ocasião tentando afirmar que seu candidato era próximo do ex-presidente Lula – que terminava mandatos que duraram oito anos em que demonizou o governo anterior. Ao longo do governo atual, essa mesma oposição não se esforçou para promover qualquer gesto mais ácido, sendo que o presidente nacional do PT chegou a afirmar que os maiores órgãos de oposição do país eram a imprensa (ou parte dela) e o Poder Judiciário (ou parte dele). Num momento de mudança, só restaria então apostar no que existe de novo. Mas o “novo”, simbolizado pela candidatura de Eduardo Campos sofreu com golpe do acaso. E Marina Silva assumiu uma condição que já vinha ocupando desde, principalmente, 2010. Por lá surgiu como terceira via, somou cerca de 20 milhões de votos, se afastou de qualquer possibilidade de sinalizar apoio no segundo turno, e apareceu como a maior figura capaz de capitalizar com os manifestos de junho de 2013. Na ocasião, quando comparadas pesquisas de março e julho (2013), a presidente perdeu 21 pontos e Marina se consolidou em segundo lugar, algo que foi verificado em diversos levantamentos até abril desse ano. Mas o problema é que a “nova oposição”, surgida no seio do atual governo, tem poucos recursos para se apresentar e foi vista como o grande alvo do governo e da oposição – Marina tem apenas 2 minutos de TV, contra menos de 5 do PSDB e mais de 10 do atual governo¹. Passou, assim, a apanhar dos dois lados. O PSDB precisando

¹ Para lembrar: em 2002 o país tinha uma oposição consistente e desejava mudança. O PSDB tinha mais de 10 minutos no horário eleitoral gratuito e o PT tinha algo em torno de 5. Ainda assim, o PT venceu o pleito, como legítimo representante de uma oposição significativamente mais marcante que a verificada nos últimos 12 anos.

BRASIL**EM FOCO**HUMBERTO DANTAS
SETEMBRO 2014www.kas.de/brasil

ir ao segundo turno, e o PT tentando ganhar a eleição no primeiro turno ou levando o PSDB para a segunda rodada, algo "mais fácil" de ser batido segundo as pesquisas e as estratégias do próprio partido. Tudo isso com uma rejeição que o método mais correto de aferição do fenômeno aponta estar acima de 40% em relação à atual presidente e cerca de 70% de vontade de mudança. Num segundo turno, com 10 minutos para cada candidatura, o que ocorrerá? Esta é a grande chave para a percepção das eleições.

O intuito desse texto, no entanto, não é tentar responder a essa pergunta, mas sim mudar o foco do que pode ser considerada a eleição mais desafiadora dos últimos anos no Brasil. O próprio Lula disse que para o PT seria mais difícil que em 1989, quando perdeu de Collor, e a presidente da República afirmou, em março de 2013, que durante um processo eleitoral valeria fazer de tudo, até "o diabo". Mas a questão aqui é observar o que ocorre nos 27 estados da nação em torno da figura dos governadores. PT e PSDB, forças importantes no quadro nacional, não parecem capazes de caminhar de forma tão consistente nos níveis locais. O PSB, grande agente das eleições de 2010 nos estados e presença marcante nos pleitos das capitais em 2012 também deixa de surgir como bloco tão relevante. A velha figura do PMDB parece capaz de ressurgir, com 18 candidatos a governos locais e a liderança em quase a metade deles. Ademais, importante reparar que raríssimos são os estados onde podemos falar em novidades na política. A ideia de renovação está longe de se concretizar nas unidades da federação. Pesquisas recentes do Ibope – fiquemos com este instituto por uma questão de padronização de métodos e presença em todos os estados, a despeito de outras pesquisas importantes – mostram que a reeleição de governadores, a volta de ex-governadores aos cargos ou a vitória de familiares de figuras políticas marcantes nos estados explicam parte expressiva dos cenários estaduais. Onde estaria a nova política?

O plano federal, nesse sentido, não estaria sob o olhar do novo, mas sob a desconfiança do cidadão em relação a um governo que não agrada a parcelas expressivas da sociedade. Essa é a dificuldade apontada por Lula, essa é a dificuldade do PT. As simulações de segundo turno mostram eleição com caráter plebiscitário: SIM ou NÃO ao PT no poder. Não à toa, a presidente cresce pouco no segundo turno em relação ao que já tem no primeiro, e seus dois principais adversários canalizam parte expressiva das intenções de voto do oponente. Na pesquisa Ibope de 23 de setembro, Marina teria 51% dos votos do PSDB no segundo turno, e a presidente apenas 17% - o restante se espalha entre brancos, nulos e indecisos. Num eventual segundo turno entre PT e PSDB, os petistas teriam 23% dos votos de Marina e os tucanos 50% deles.

Diante de tais aspectos nada de muito novo surge nos estados. Primeiro por uma razão simples: partidos estão consolidados nos estados e lideranças precisam de muito tempo para se consolidarem aos olhos do eleitorado. Não é simples fazer emergir em poucos meses uma candidatura nova capaz de vencer uma eleição majoritária estadual para o cargo de governador. Recursos, espaços, tempo, capacidade de chegar aos eleitores é algo muito difícil. Assim, temos velhos grupos se apresentando localmente. Além disso, temos algo importante de ser notado: os partidos não repetem, nos estados, o comportamento verificado na União. PT e PMDB, por exemplo, são adversários em estados que somam 75% do eleitorado nacional, desafiando a chapa que tenta a reeleição ao Palácio do Planalto. O voto para presidente, no entanto, mostram pesquisas recentes, pouco guarda de relação com palanques estaduais. Ao menos até meados de setembro as eleições majoritárias para os Executivos teriam vidas próprias?

BRASIL**EM FOCO**

HUMBERTO DANTAS

SETEMBRO 2014

www.kas.de/brasil

A Tabela 1 pode contribuir para a percepção das associações entre partidos nos estados para a disputa do cargo de governador. Apenas o cruzamento entre PT e PSDB não ocorre, e há quem diga que ambos flertaram no Mato Grosso do Sul. O resto ocorre, e importante notar que na tabela existe destaque para os alinhamentos federais. Em azul os partidos que estão com o PSDB na eleição presidencial, em vermelho com o PT e em amarelo com o PSB. Cada cruzamento dessa matriz mostra em quantos estados as legendas disputam o cargo de governador juntas – seja em torno de um candidato de uma das duas legendas ou em apoio a um terceiro. Um exercício simples mostra um fenômeno adicional importante. Dos 14 partidos contidos na tabela é possível tirar a média de onde eles estão com a posição que adotam no plano federal e a média de estados em que estão com adversários no plano federal. PR, PSD e PP, todos aliados da candidatura do PT no plano federal, estão mais associados a adversários que a parceiros federais nas eleições para governador. O PTB, que está aliado ao PSDB no plano federal, repete a lógica. Nos demais casos não há esse comportamento, sendo que PSDB, Solidariedade e DEM de um lado, e PT e PC do B de outro são os que mantêm médias mais elevadas de parcerias com partidos com os quais estão juntos no plano federal nos estados.

Tabela 1 – Total de acordos entre estaduais para a disputa dos governos

	DEM	PR	PTB	PP	PMDB	PSDB	PSD	PPS	PSB	PDT	PT	PC do B	SDD	PROS
DEM	27													
PR	13	25												
PTB	11	12	25											
PP	9	11	14	25										
PMDB	10	9	7	6	26									
PSDB	16	13	10	14	9	26								
PSD	10	10	9	13	9	13	24							
PPS	14	15	12	17	9	19	12	26						
PSB	8	6	8	9	8	11	8	13	24					
PDT	8	8	13	9	9	6	7	7	9	23				
PT	3	6	10	5	9	0	5	2	4	11	23			
PC do B	5	8	10	7	11	2	6	4	9	13	18	26		
SDD	16	12	9	15	7	20	15	18	12	5	1	5	26	
PROS	8	15	10	8	13	9	9	8	7	10	11	14	8	26

Política nos estados – Região Norte

Na região menos populosa do país, em condição de igualdade com a Região Centro-Oeste, temos a reedição de velhas figuras no poder. No Acre, o PT governa faz 16 anos e pode ampliar sua trajetória para mais quatro. A oposição, que se concentrava no PMDB, desde 2010 migrou para o PSDB e agora se dividiu em dois blocos: DEM e PSDB. O PMDB ficou com os tucanos. No Amapá um ex-governador lidera a disputa, com o atual governador (PSB) aparecendo em terceiro lugar. No Amazonas um ex-governador encabeça a corrida com chances de vencê-la em primeiro turno. No Pará, o atual governador lidera uma eleição

BRASIL**EM FOCO**

HUMBERTO DANTAS

SETEMBRO 2014

www.kas.de/brasil

apertada contra o filho de uma liderança política tradicional do estado (Jader Barbalho), numa lógica de herança de capital político. Em Rondônia um ex-governador lidera contra o atual governador, que vem em segundo lugar. Em Roraima, por sua vez, o líder (PP) desistiu da disputa, colocando a mulher no lugar, por questões associadas à lei da Ficha Limpa. Em segundo lugar vem (ou vinha) a esposa de um ex-governador cassado, que faz cerca de uma década era o vice do desistente. Em Tocantins, um ex-governador cassado em 2009, por corromper a eleição de 2006, lidera a corrida com folga.

Tabela 2 – Disputas estaduais – Região Norte

Estado	Instituto	Data	1º lugar	2º lugar
Acre	Ibope	11/set	PT 42	DEM 25
Amapá	Ibope	11/set	PDT 37	PSD 17
Amazonas	Ibope	11/set	PMDB 46	PROS 31
Pará	Ibope	11/set	PSDB 42	PMDB 38
Rondônia	Ibope	15/set	PSDB 35	PMDB 28
Roraima	Ibope	11/set	PP 40	PSB 27
Tocantins	Ibope	10/set	PMDB 48	SDD 33

Política nos estados – Região Centro-Oeste

Segunda região menos populosa do país, em quase igualdade com o Norte, o Centro Oeste tem em seus estados algumas novidades relevantes, sendo o conjunto de estados brasileiros onde mais se poderia falar em renovação. O problema é destacar que a lei tirou de cena figuras que lideravam o jogo, mostrando que o eleitor talvez não punisse tradições negativas. O caso emblemático, nesse sentido, é o do Distrito Federal, onde um ex-governador preso e cassado por corrupção liderava com folga o primeiro turno. Afugentado pela lei, colocou em seu lugar um antigo político local e sua mulher como vice, o que representou queda nas pesquisas. O atual governador (PT) aparece em terceiro lugar e o líder, do PSB, é um político que ocupa espaços legislativos e é visto como líder de um grupo capaz de renovar a política local. Em Goiás, pelo contrário, PSDB e PMDB tradicionalmente polarizam as disputas e o quadro de 2010 se repete, com forte tendência a reeleição do atual mandatário tucano – envolvido em escândalos de corrupção no início de seu atual mandato. No Mato Grosso, um senador do PDT lidera as pesquisas e também é visto como uma possível força de renovação na política estadual, apesar de informações mostrarem que velhas forças econômicas do estado apoiam tal candidatura. Por fim, no Mato Grosso do Sul, o PT busca voltar ao poder, espaço que ocupou entre 1999 e 2006, o que foge à lógica da novidade.

Tabela 3 – Disputas estaduais – Região Centro-Oeste

Estado	Instituto	Data	1º lugar	2º lugar
Distrito Federal	Ibope	24/set	PSB 31	PR 21
Goiás	Ibope	25/set	PSDB 39	PMDB 25
Mato Grosso	Ibope	25/set	PDT 44	PT 26
Mato Grosso do Sul	Ibope	25/set	PT 42	PSDB 23

BRASIL
EM FOCO
 HUMBERTO DANTAS
 SETEMBRO 2014

www.kas.de/brasil

Política nos estados – Região Sul

Terceira região mais populosa do país, o Sul tem em seus estados chances expressivas de reeleição dos governadores. Em pelo menos dois deles isso está bastante claro. No Paraná, o PSDB tem chances expressivas de se manter no poder, tendo como principal adversário um ex-governador. Em Santa Catarina o atual governador (PSD, eleito pelo DEM em 2010) concentra forças políticas importantes ao seu lado e deve ser reeleito com facilidade em primeiro turno contra um senador do PSDB. No Rio Grande do Sul nunca houve reeleição de um grupo no poder, e a liderança fica por conta de uma senadora do PP. O atual governador do PT, no entanto, deve ir para um segundo turno onde o equilíbrio deve ser relevante – apesar de o terceiro colocado ser do PMDB, partido que é adversário tradicional dos petistas no estado.

Tabela 4 – Disputas estaduais – Região Sul

Estado	Instituto	Data	1º lugar	2º lugar
Paraná	Ibope	18/set	PSDB 47	PMDB 30
Rio Grande do Sul	Ibope	23/set	PP 37	PT 30
Santa Catarina	Ibope	24/set	PSD 52	PSDB 16

Política nos estados – Região Nordeste

Segunda região mais populosa do país, o Nordeste tem um número expressivo de estados e situações diversificadas. Em Alagoas o filho de uma liderança tradicional (Renan Calheiros), presidente do Senado, lidera a disputa, bem como no Rio Grande do Norte um político de uma família tradicional, que acumula onze mandatos seguidos de deputado federal também encabeça as pesquisas, ambos pelo PMDB. Nesse segundo caso o adversário é o vice-governador, rompido com a governadora que tem o título de a “mais mal avaliada mandatária estadual do país”. Na Paraíba, um ex-governador cassado em 2009 por crimes eleitorais cometidos em 2006 lidera as pesquisas contra o atual governador, algo semelhante ao que ocorre no Piauí, onde um ex-governador (PT) lidera, e na Bahia, em que o ex-mandatário (DEM) está na dianteira contra o atual grupo que está no poder (PT). No Ceará, um senador lidera e poderia representar novidade, mas em sua chapa o candidato ao Senado é um ex-governador do estado que liderava as pesquisas no final de 2013. Em Sergipe há chance de reeleição – o atual governador (PMDB) herdou o poder em virtude da morte do governador (PT) – e em Pernambuco, após o falecimento de Eduardo Campos, o candidato de seu partido (PSB) cresceu vertiginosamente nas pesquisas e assumiu a liderança com o apoio da família do ex-governador, buscando manter o atual grupo no poder. A única novidade efetiva em toda a região pode ser a vitória do PC do B no Maranhão, em uma eleição repleta de jogadas pouco democráticas e controle das máquinas públicas por parte do grupo que está no poder. Ainda assim é importante lembrar que o líder nas pesquisas foi derrotado pelo tradicional grupo que controla o estado em 2010, e depois disso ocupou a presidência de uma empresa federal ligada a um ministério controlado pelos adversários – a Embratur, atrelada ao Ministério do Turismo.

BRASIL
EM FOCO
 HUMBERTO DANTAS
 SETEMBRO 2014

www.kas.de/brasil

Tabela 5 – Disputas estaduais – Região Nordeste

Estado	Instituto	Data	1º lugar	2º lugar
Alagoas	Ibope	10/set	PMDB 46	PP 26
Bahia	Ibope	24/set	DEM 43	PT 27
Ceará	Ibope	24/set	PMDB 43	PT 38
Maranhão	Ibope	19/set	PC do B 48	PMDB 21
Paraíba	Ibope	18/set	PSDB 42	PSB 37
Pernambuco	Ibope	23/set	PSB 39	PTB 35
Piauí	Ibope	09/set	PT 49	PMDB 22
RG Norte	Ibope	14/set	PMDB 40	PSD 31
Sergipe	Ibope	01/set	PMDB 41	PSC 33

Política nos estados – Região Sudeste

A região mais populosa do país concentra eleições onde predominam a continuidade ou a volta de grupos tradicionais ao poder. Em São Paulo, o PSDB se encaminha para atingir, em 2018, 24 anos de controle sobre o estado. No Rio de Janeiro, mesmo com os desgastes agudos do governador do PMDB nas manifestações de 2013, o atual mandatário, que assumiu o poder para elevar suas chances de vitória, lidera as pesquisas, tendo como principal adversário em provável segundo turno um ex-governador que conta com altos índices de rejeição, mas liderou toda a campanha até o começo de setembro. No Espírito Santo, um ex-governador lidera a corrida eleitoral contra o atual governador, não sendo possível verificar qualquer tese de mudança expressiva. Por fim, em Minas Gerais, o PSDB, que administrou o estado em quatro dos últimos cinco mandatos estaduais, não parece capaz de conter a vitória do PT, que nunca governou o estado, mas cujo candidato, ex-ministro do atual governo federal, foi prefeito por dois mandatos na capital – inclusive com apoio do próprio PSDB. Esta seria a única condição de renovação política na região.

Tabela 6 – Disputas estaduais – Região Sudeste

Estado	Instituto	Data	1º lugar	2º lugar
Espírito Santo	Ibope	11/set	PMDB 42	PSB 29
Minas Gerais	Ibope	23/set	PT 44	PSDB 25
Rio de Janeiro	Ibope	23/set	PMDB 29	PR 26
São Paulo	Ibope	23/set	PSDB 49	PMDB 17

Conclusão

Na mais otimista das visões, grupos novos no poder apareceriam em estados como Ceará, Minas Gerais, Maranhão, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. Tal afirmação é bastante questionável, mas mesmo no mais tendencioso (aos argumentos apresentados ou esperados) dos cenários para aqueles que desejam afirmar que os estados estão desejando renovação, isso ocorre em apenas 22% das unidades. A questão, nesse caso, é verificar se

BRASIL**EM FOCO**

HUMBERTO DANTAS

SETEMBRO 2014

www.kas.de/brasil

o eleitor está satisfeito com as opções que tem ou se os partidos mais relevantes continuam oferecendo o tradicional cardápio de alternativas que reforçam a ideia de dificuldade de criação de novas lideranças no país. Tal questão tem sido bastante debatida na ciência política e em outros campos do conhecimento. Restaria saber se o modelo de democracia representativa estaria atingindo seu limite de capacidade de renovar, ou mesmo de representar. A complexidade desse debate merece atenção maior, que pode ser levada adiante em encontros posteriores em 2015. O fato é que numa eleição nacional em que as duas principais candidatas trocaram acusações sobre a lógica da governabilidade, vale destacar que a formação do Congresso Nacional também está em jogo – a exemplo dos legislativos estaduais. E nesses casos? O que esperar?

Partidos se organizam nos estados e seria possível esperar relações entre chapas bem sucedidas para as disputas de governos locais e boas bancadas eleitas para o Congresso Nacional. Claro que existem puxadores de votos em partidos que não têm candidatos ao governo que desafiam essa ideia, mas também parece necessário compreender que é pouco esperado que um eleitor alinhe seu voto para deputado federal e senador à sua escolha presidencial. A lógica de governabilidade, nesse caso, poderia ser construída então com base em um conglomerado de 27 lógicas estaduais distintas. A ciência política vem tentando compreender melhor esse jogo, mas o fato é que a escolha estadual faz com que representantes de distintas unidades da federação se unam em Brasília impulsionados por arranjos partidários distintos realizados nos estados. Assim, o que esperar? Fala-se em cerca de 40% de renovação na Câmara dos Deputados, algo comum num país em virtude de seu sistema proporcional de lista aberta. Que renovação seria esta? Em São Paulo, por exemplo, parece pouco possível apostar em marinheiros de primeira viagem em termos eleitorais. Muitos dos políticos esperados na Câmara são velhos conhecidos do eleitor, ou mesmo do Congresso Nacional. No Senado, ex-governadores, políticos que renovarão seus mandatos ou figuras muito conhecidas são aguardadas numa eleição majoritária em que cada estado elege um representante – ao contrário de 2010, onde era a vez de os estados enviarem dois senadores para o Congresso.

Diante do exposto é possível esperar que o(a) próximo(a) presidente da República terá dificuldade de compor uma chapa consistente de políticos de seu partido para governar. PT, PSDB e PSB não aparecem com destaque nas eleições estaduais a ponto de terem a esperança de levarem a Brasília grupos com mais de 100 deputados, por exemplo. Mesmo com uma centena, algo que ocorreu pela última vez nas eleições de 1998 com o PFL (hoje DEM), estaríamos falando em cerca de 20% dos representantes da Câmara. Assim, as composições e a lógica tradicional do presidencialismo de coalizão continuarão vigorando. O PMDB, nesse caso, de acordo com as tabelas estaduais mostradas anteriormente, parece capaz de enviar para o Congresso, se houver alguma relação entre o sucesso das chapas para governador e o total de deputados federais – algo bastante questionável, mas nada impossível de ser verificado em partes – um grupo relevante de representantes. Isso o manteria na condição de partido estratégico para qualquer governante, sobretudo em virtude de sua tradicional lógica governista. Na próxima edição de Brasil em Foco será possível discutir o resultado das eleições de 2014, com ênfase nas questões associadas à governabilidade, passando pela formação do Congresso Nacional e pelo resultado dos pleitos estaduais, com destaque, já dado aqui, aos governadores.

Sobre o Autor: Humberto Dantas é doutor em ciência política, professor universitário, conselheiro e parceiro da Fundação Konrad Adenauer em ações de educação e análise.